



PEDIDO DE REEQUILÍBRIO DE PREÇOS – INDEFERIMENTO

Tomada de Preço Nº 23/2021 PMN

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA BASE PRÓPRIA DO 1º/1º/2ª/7º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR, SITO A RUA JOSÉ ROMÃO, BAIRRO GRAVATÁ, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS ANEXOS.

CONTRATO: 12/2022

EMPRESA: MVB CONSTRUTORA

CNPJ: 34.535.053/0001-59

ASSUNTO: Solicitação reequilíbrio-econômico financeiro protocolado em 15/09/2022

I – RELATÓRIO

No dia 04, do mês de outubro de 2022, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado Pelo Secretário de Administração, Sr. Ditmar Afonso Zimath, que subscreve, com o objetivo de analisar e julgar o pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002 e do Decreto nº 7.892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas na Tomada de Preços nº 23/2021

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa **MVB CONSTRUTORA**, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

É o relatório. Passamos a análise.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de





pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. **Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração.** Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem¹. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p.518





[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.** (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

Segundo o que dispõe o edital na cláusula 6 do “Valor”, subitem 6.3:

“A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da ATA somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA/FORNECEDORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte)”.

Observa-se claramente neste item a necessidade da apresentação dos documentos que venham a comprovar o real prejuízo no contrato.

É pertinente citar o Julgado do TCU afirmando a necessidade de demonstração clara da ocorrência dos fatos onerosos.

“Equilíbrio econômico-financeiro. Contrato. Teoria da Imprevisão. Alteração Contratual. A ocorrência de variáveis que tomam excessivamente onerosos os encargos do contratado, quando claramente demonstradas, autorizam a alteração do contrato, visando ao restabelecimento inicial do equilíbrio econômico-financeiro, com fundamento na teoria da imprevisão, acolhida pelo Decreto-Lei 2.300/86 e pela atual Lei nº 8.666/93. (TCU, TC-500.125/92-9, Min. Bento José Bugarin, 27/10/94, BDA nº 12/96, Dez/96, p.834).”

Conforme entendimento do Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, assim dispõe:

*“É recomendável que o administrador considere alguns tópicos como essenciais para a concessão do reequilíbrio: requerimento, **demonstração de desequilíbrio**, exame econômico das planilhas, análise jurídica do pleito, avaliação do preço desequilibrado e da proposta mais vantajosa, dotação orçamentária, decisão e periodicidade”.*

Desta forma, ao requerer a concessão do Reequilíbrio econômico-financeiro a empresa deve demonstrar que seus custos aumentaram, evidenciando a diferença de preço, sempre superior, entre a segunda e primeira Nota Fiscal, porém isso não é o suficiente, também é preciso mais do que uma simples alteração nos preços de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato.





A lei exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) *fato do príncipe*; b) *fato da Administração*; c) *fato superveniente imprevisível*; ou, d) *fato previsível, mas de consequências incalculáveis*.

No entanto, em nenhuma das hipóteses, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Elas até podem provar as consequências, mas não as causas. Por isso, também deve sempre instruir o pedido com documentos que reflitam algumas das situações apresentadas. Pode ser uma notícia de jornal, um comunicado do Governo, uma Lei recém-criada, uma tabela de preços oficial, uma declaração do sindicato patronal ou de trabalhadores, enfim, algo que prove algum dos motivos expostos. Fora isso, também deve ser juntado ao pedido uma planilha detalhada de custos.

Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

“Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.” Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Também é importante citar que o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste tem que ser concedido com cautela, a fim de não se beneficiar a contratada em detrimento dos demais licitantes que agindo com prudência apresentaram, quando da licitação, preços mais condizentes com o mercado.

III – CONCLUSÃO

Considerando o acima exposto, não merece provimento o pedido protocolado pela empresa, visto que:

A tomada de preço é fundamentada na Tabela SINAPI com desconto específico de 12%, e por ela deve-se seguir toda e qualquer análise de valores. Conforme site do IBGE ([ind_sinapi_2022_jun.pdf \(ibge.gov.br\)](http://ind_sinapi_2022_jun.pdf(ibge.gov.br))) onde são divulgados rotineiramente os índices de variação desta tabela, a índice acumulado no primeiro semestre de 2022 foi de 7,52%.

*“O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), calculado pelo IBGE, apresentou variação de 1,65% em junho, caindo 0,52 ponto percentual em relação a taxa do mês anterior (2,17%), porém ainda registrando a segunda maior taxa de 2022. Os últimos doze meses foram para 14,53%, resultado pouco abaixo dos 15,44% registrados nos doze meses imediatamente anteriores. **O primeiro semestre do ano fechou em 7,52%.**”(grifo nosso)*

Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI - Junho de 2022 - Publicado em 08/07/2022 às 9 horas – Página 3.

A variação apresentada e requerida no processo é de 31% a mais do valor vencido no processo licitatório, totalmente incoerente com o índice apontado pelo IBGE no mesmo período. Para que seja realizada a análise detalhada deste processo, é necessário que o índice de reajuste da tabela esteja compatível com o índice divulgado pelo IBGE.

A apresentação de Notas fiscais também se faz importante na análise do processo.





Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe e de acordo com os argumentos apresentados **DECIDE-SE** por **INDEFERIR** o pedido formulado pela empresa ora requerente. Para tanto, recomendamos que, caso existam AF's geradas, o fornecimento seja imediato, sob pena de abertura de processo administrativo.

Navegantes, 04 de Outubro de 2022.

RENATO PERCEVALLIS BENATTI
DIRETOR DE DEPARTAMENTO

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

